

O QUE AS PENAS DAS AVES NOS CONTAM SOBRE A HISTÓRIA DE SÃO PAULO? Globalização e Trabalho das Mulheres Tupis no Século XVI

WHAT DO THE BIRD FEATHERS TELL US ABOUT SÃO PAULO HISTORY? Globalization and Tupi Women's Labor in the Sixteenth Century

Pedro Henrique do Vale BRASIL¹

Resumo: Este artigo defende a agência histórica das mulheres tupis-guaranis através da interpretação de crônicas, mapas e pinturas. Estudando essas representações, reflito sobre a cultura material no que tange ao aproveitamento das penas das aves sul-americanas, especialmente pelas mulheres tupis. Nesse sentido, tanto as aves quanto as mercadorias de origem animal eram itens muito utilizados nas trocas entre europeus e populações nativas durante o século XVI. Localiza-se a capitania de São Vicente, na América portuguesa, como ponto focal do comércio de animais e mercadorias de penas na porção meridional continental. Por outro lado, baseando-me em pesquisas recentes, destaco a participação das mulheres indígenas nas relações de trocas, na produção de mercadorias e no amansamento das aves.

Palavras-chave: Mulheres Tupis, Cultura Material, Aves, Penas, Século XVI.

Abstract: This paper discusses the historical agency of Tupi-Guarani women through the interpretation of chronicles, maps, and paintings. Studying these representations, I reflect on the material culture regarding the use of feathers of birds of the South American fauna, especially by Tupi women. In this sense, local birds and animal goods were highly used in exchanges between European and native peoples during the sixteenth century. It was established at San Vicente in Portuguese America as the focal point of the commerce of animals and feather goods in the southern portion of the continent. On the other hand, based on recent research, I point out the participation of indigenous women in exchange relations in producing goods and dismantling the birds.

Keywords: Tupi Women, Material Culture, Birds, Feathers, Sixteenth Century.

Introdução

Os povos denominados tupis-guaranis que os europeus encontraram no sul da América a partir do final do século XV, possuíam uma estrutura social, plástica e fluida, caracterizada pela associação entre a natureza e suas divindades (Viveiros de Castro,

¹ Mestre em História Moderna pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: pedrobrasil@id.uff.br.

1986, p. 115). Através da sua conhecida tese, *Araweté: os deuses canibais*, Eduardo Viveiros de Castro estudou a maneira como tais populações indígenas se relacionavam com grupos e indivíduos externos, e como integravam os estrangeiros às suas comunidades de origem.

Nesse sentido, o autor destaca o papel histórico das mulheres tupis na ambientação e adaptação dos cativos (prisioneiros de guerra) e animais (considerados “de estimação”) que eram introduzidos no cotidiano das aldeias. De acordo com Viveiros de Castro, analisando os povos tupinambás durante o século XVI, “desde a sua entrada na aldeia, o inimigo ficava subordinado à esfera feminina”, comenta sobre os cativos. Ademais, as mulheres tratavam os cativos semelhante às aves que criavam, como araras e papagaios, nomeando ambos pelo termo *xerimbabos* (Ibid., p. 661). Segundo o autor, para os indígenas yawalapití, presentes na região do Alto Xingu, de origem arwak,

Kutipira [...] significa tanto ‘ave’ quanto ‘xerimbabo’ [...]. A relação entre os *kutipira* e seus donos é formulada no idioma da filiação, um xerimbabo é criado e alimentado pelo dono como um filho pelos pais. Alguns mitos contam como pássaros defuntos ajudam viajantes ao céu, em retribuição aos cuidados que receberam na terra. A relação persiste, assim, após a morte, visto que o céu é dos pássaros e das almas (Viveiros de Castro, 2002, p. 52).

Tanto cativos quanto animais eram componentes das sociedades tupis-guaranis, convertendo-se em importantes mercadorias a partir das relações com os europeus. Cativos destinados aos rituais (pessoas externas) e animais (por vezes, externos também) integravam-se às comunidades indígenas através das mulheres.

A exemplo das aves, cito o artigo escrito por Felipe Vander Velden sobre as galinhas domésticas levadas por Cristóvão Colombo para as Antilhas, em 1493, mas também, por Pedro Álvares Cabral, na esquadra que aportou em Porto Seguro em 1500. Na costa do Brasil, elas foram rapidamente criadas pelas mulheres tupis nas comunidades costeiras que comercializavam com mercadores. Embora as populações indígenas não controlassem a reprodução dessas aves, assim como faziam os europeus, trocavam galinhas por mercadorias (Vander Velden, 2012, p. 114).

Segundo Viveiros de Castro, as sociedades de origem amazônica, dentre as quais as populações tupis-guaranis e arwak, costumavam se casar politicamente, estabelecendo laços econômicos e de parentesco. Aliados mudavam constantemente de posição, de acordo com seus interesses, tal como animais, plantas, espíritos e divindades

influenciavam nas alianças entre aldeias (Viveiros de Castro, 2000, p. 14). Ressalto os interesses comerciais que detinham os povos tupis-guaranis ao participar do mercado global, conforme os estudos de Elisa Garcia sobre os primeiros contatos, tais populações indígenas não estavam necessariamente despreparadas para a globalização. Além disso, se propuseram a trocar conhecimentos e mercadorias com variados grupos de europeus na costa atlântica (Garcia, 2021, p. 114).

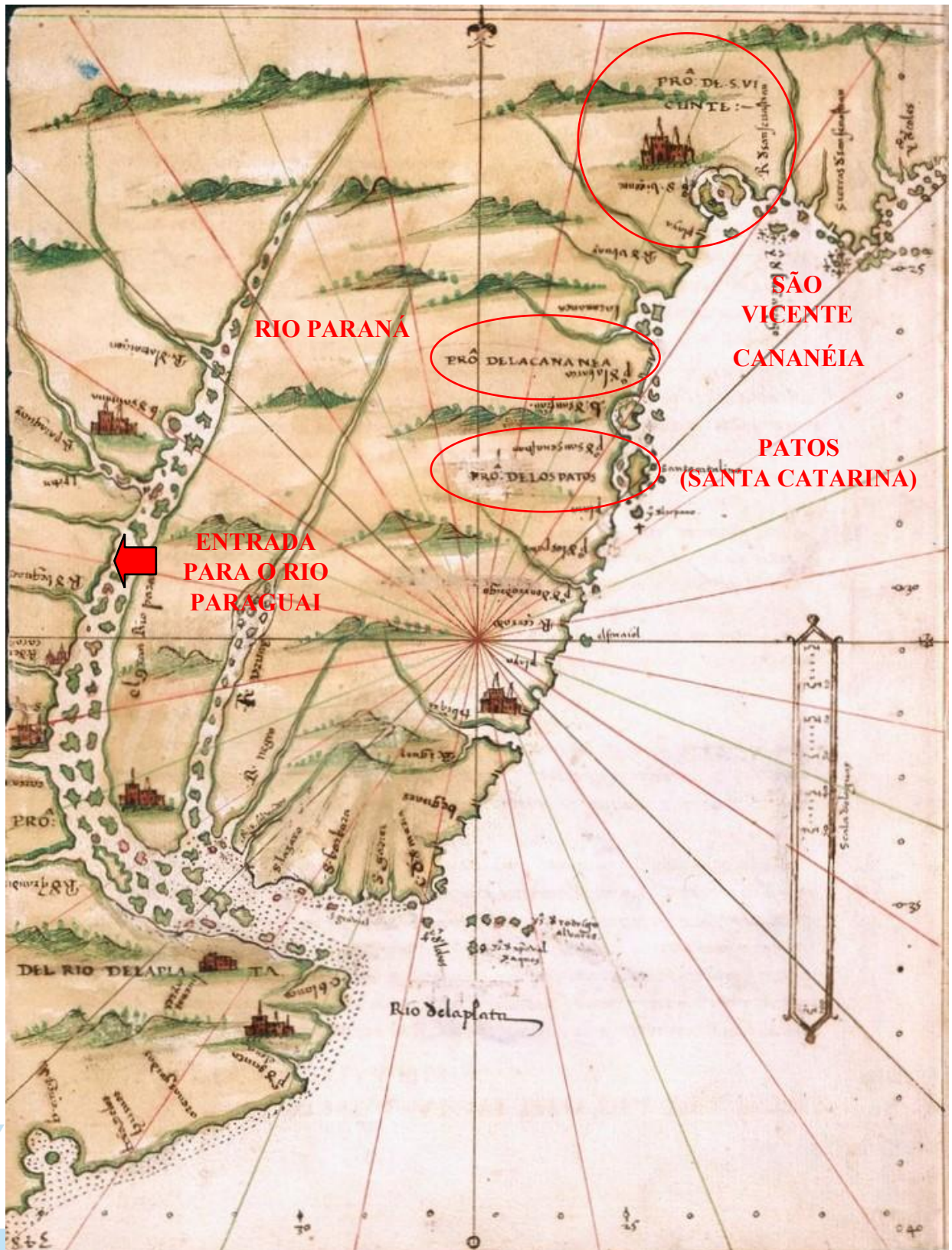
A família linguística tupi-guarani, que nomeou tais povos perante os europeus, se destacava na América do Sul pela “notável expansão territorial sobre a qual eram distribuídas suas línguas” (Rodrigues, 1986, p. 32). Segundo Aryon Rodrigues, durante o século XVI, as línguas originárias do tronco linguístico tupi-guarani eram faladas em toda a extensão do litoral oriental do Brasil (tupi) e na bacia do rio Paraná (guarani).

O tráfico de animais silvestres provenientes da Mata Atlântica, localizada próxima ao litoral, levados à Europa, foi intenso nesse período inicial da globalização. O tráfico de indígenas escravizados, principalmente por portugueses e espanhóis, também. Há reconhecidos trabalhos na historiografia que abordam o tema do comércio concomitante de aves tropicais e cativos indígenas para o continente europeu. Esses trabalhos eu citarei mais à frente no desenvolvimento do texto.

Como objetivo deste artigo, no entanto, destaco a íntima relação entre o comércio de animais e a história do trabalho das mulheres tupis. Além de amansarem as aves, me pergunto até que ponto elas não passaram a manufaturar mercadorias de penas desses pássaros para trocar com mercadores em São Vicente durante o século XVI? Com efeito, utilizo como fontes, as crônicas de viajantes, assim como mapas e pinturas, para criar hipóteses sobre essa questão. A partir das informações contidas nas fontes produzidas pelos europeus, cruzo-as com a cultura material dos povos tupis-guaranis. Nesse sentido, os dados históricos corroboram a tese da associação entre as mulheres e as aves locais em um sentido cultural, capaz de influenciar a economia dessas sociedades.

O extenso litoral sul da capitania de São Vicente: domínio dos povos guaranis

Figura 1 - Mapa impresso de Alonso de Santa Cruz



Fonte: “Islario general de todas las islas del mundo” (1541).

Alonso de Santa Cruz, tesoureiro da expedição do capitão Sebastián Gaboto (1526-1530), cartografou a ideia de que a entrada à bacia do Prata dava-se através de São Vicente, no espaço que visitou entre 1527 e 1530. No entanto, sua obra *Islario general...* compôs um projeto mais amplo em reunir conhecimentos sobre história e geografia durante o século XVI, segundo Heloisa Gesteira. Conforme escreve a autora, Alonso de Santa Cruz valoriza as viagens globais, representando todas as ilhas conhecidas pelos europeus em roteiros e mapas, inclusive a região dos Patos, que o capitão Gaboto batizou como Ilha de Santa Catarina (Gesteira, 2021, p. 41).

O mapa de Alonso de Santa Cruz, publicado em 1541, revela a capitania de São Vicente e o rio Paraná como importantes vias de trânsito para as incursões dos europeus entre os domínios ibéricos no sul da América. Chama a atenção para a extensa faixa litorânea que se estendia dos atuais estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Através do mapa, observa-se o território do litoral sul da antiga capitania delimitado entre os atuais municípios de São Vicente e da Cananéia.

A obra do geógrafo contém passagens que elucidam a dependência dos europeus em relação à caça e à pesca realizadas pelos indígenas carijós, na Cananéia e nos Patos, com os quais obtinham alimentos. Conforme escreve Alonso de Santa Cruz,

[...] dentro do porto de São Vicente, existem duas ilhas grandes habitadas por indígenas desde a banda oriental até a ocidental, onde ficamos por mais de um mês. Na banda ocidental, os portugueses têm um povoado chamado São Vicente, que possui de dez a doze casas [...] e uma torre para se defender dos índios. Em tempo de necessidade, estão providos de coisas da terra [...] nessas duas ilhas têm meios para criar porcos, assim como grandes pescarias de bons pescados (ONU, “Islas into a las provincias de San Vicente i Cananea i Río de la Plata”, p. 346).

Percebemos que nessa região sul da capitania, os povos guaranis manejavam os recursos naturais necessários para a sobrevivência dos mercadores. De acordo com a tese de Tiago Bonato, em análise das cartografias produzidas no século XVI, as percepções dos europeus construíram a ideia da bacia do Prata através de uma noção da fronteira entre os rios Paraná e Paraguai. As fronteiras imperiais, segundo o autor, eram fluidas e delineadas conforme a circulação dos povos tupis-guaranis no sul da América (Bonato, 2019, p. 205). Destaco, na passagem escrita por Alonso de Santa Cruz, que embora a caça e a pesca fossem atividades no geral concentradas pelos homens, o

preparo dos alimentos remete ao trabalho doméstico e à história das mulheres indígenas. Veremos mais à frente.

Descolonizando o pensamento: em busca das mulheres tupis nas pinturas históricas

Figura 2 - Óleo sobre tela de Benedito Calixto.



Fonte: *Fundação de São Vicente*, 1900.



Detalhe aproximado da pintura com a nitidez aguçada.

Martim Afonso de Sousa fundou a vila de São Vicente em 22 de janeiro de 1532, com auxílio dos caciques Tibiriçá, Caiubi e Piquerobi. A pintura acima foi obra de

Benedito Calixto (1853-1927), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, inaugurada no dia 31 de maio de 1900, em comemoração ao *IV Centenário do Descobrimento do Brasil*. Tal festim contou com a participação de importantes artistas e intelectuais na época, como o historiador José Capistrano de Abreu, o escritor Machado de Assis, o poeta Olavo Bilac e o jurista Rui Barbosa. Segundo Marcelo Wanderley, o evento tinha como intenção popularizar o passado, o presente e o futuro do país, relacionando diferentes tempos históricos (Wanderley, 1997, p. 87).

No entanto, a pintura *Fundação de São Vicente* foi encomenda da *Sociedade Comendadora*, em 1898, e há fortes indícios de que estava sendo planejada anteriormente por Benedito Calixto. O artista teria, portanto, visto no evento do “*Quarto Centenário*”, a oportunidade de ter visibilidade ao expô-la no Museu Paulista (Polidori, 2019, p. 10). Segundo Eduardo Polidori, que estudou a fundo a pintura e a sua relação com o evento, as elites de Santos e São Vicente não estavam preocupadas em competir com a comemoração do governo federal, no Rio de Janeiro, ou se quer com outras capitais. Um dos seus principais objetivos era reforçar a participação local na história colonial paulista (*Ibid.*, p. 5-7).

Voltando ao tema do século XVI, indicado na pintura, Benedito Calixto representou o pacto fundador entre portugueses e tupis sobre a construção da primeira vila portuguesa no sul da América que, em 1534, originou a capitania de São Vicente. Chama a atenção para o fato de se tratar de uma reunião de homens e do pintor esquecer de representar as mulheres nativas, supondo-as ausentes nesse contexto.

Na verdade, tais mulheres foram os pilares na construção da sociedade colonial. José Carlos Vilaradaga lembra que: 1 - Salvador Pires, um dos fundadores da vila de São Paulo na década de 1550, se casou com *Mécia Açu*, batizada como *Mécia Fernandes*, filha do cacique Piquerobi; 2 - Domingos Luís, o “Carvoeiro”, casou-se com *Ana Ramalho*, bisneta de João Ramalho com uma das filhas de Tibiriçá que o autor não cita. Pode ser *Bartira* (Vilaradaga, 2014, p. 97-98). 3 - Já o capitão Jerônimo Leitão, junto a uma mulher nativa, teve um filho chamado Simão Leitão (*Ibid.*, p. 107).

Silvana Alves de Godoy cita que: 4 - Pedro Dias, um leigo jesuíta que veio para a América portuguesa, deixou a Companhia de Jesus após casar-se com *Terebê*, outra filha de Tibiriçá, batizada *Maria da Graça*; 5 - Lopo Dias, vereador da câmara da vila de São Paulo no século XVI, casou-se com *Beatriz*, não sabe-se era filha ou neta de Tibiriçá. Desse modo, a autora discute como na capitania de São Vicente, ocorreu a geração de uma elite mameluca que também compartilhava os poderes locais (Godoy,

2016, p. 93-97). Segundo Elisa Garcia, o poder local das mulheres descendentes dos caciques Tibiriçá e Piquerobi, como Mécia Açu, Teberê e Beatriz, além da personagem central que estuda, chamada Bartira, explica o modo como seus maridos portugueses e filhos mamelucos tornaram-se os principais articuladores do tráfico de escravizados (Garcia, 2020, p. 37).

Até a década de 1530, segundo Nancy van Deusen, grande parte dos cativos indígenas traficados para a Europa não continham documentos legais relacionados ao seu cativeiro. Devido a falta do rigor das leis contra a escravidão indígena em Portugal, geralmente os portugueses traficavam escravizados dos portos de Lisboa ou diretamente de São Vicente para Sevilha, no reino de Castela. Em Sevilha, vendiam os cativos ilegalmente, mesmo após a restrição dessa prática nas *Leys Nuevas* promulgadas pelo imperador Carlos V, em 1542 (Deusen, 2015, p. 69-102).

Construindo a sociedade colonial: questões de gênero no trato com o ferro e a madeira

Que a sociedade colonial era uma sociedade da madeira é um fato inegável, até um truísmo. Quase toda a imagem mental que forjemos do cotidiano dessa sociedade terá, em seu substrato mais sutil, diversos elementos materiais cuja arqueologia leva-nos a um inexorável ponto de partida: a árvore. De seu corpo, ironicamente, necessitava-se até mesmo para produzir o próprio instrumento de sua debelação – o machado (Cabral, 2012, p. 64).

Anteriormente à década de 1530, a exploração da árvore pau-brasil era exclusivamente para fins da exportação de madeira para a Europa. De acordo com a brilhante tese de Diogo de Carvalho Cabral, as madeiras da Mata Atlântica passaram a ser utilizadas como combustível e oleoduto após a vinda de Martim Afonso de Sousa, fundador da capitania de São Vicente, em 1531. Além disso, a madeira ajudava os mercadores a produzir a biomassa necessária para a construção das embarcações e para o escoamento das mercadorias exportadas, como o açúcar e o pau-brasil (Ibid., p. 84). Desse modo, o autor destaca o investimento colonial no setor da construção naval, responsável por fomentar a devastação das florestas litorâneas e tropicais.

Stuart Schwartz explica que a obtenção de instrumentos de ferro entre os homens tupis ligava-se aos interesses dos indígenas pois, com o ferro, cortavam a madeira mais rápido, sobrando mais tempo para a realização dos seus rituais (Schwartz, 1988, p. 45). No livro *Segredos internos*, estudando a construção dos engenhos de

açúcar no Nordeste colonial, Schwartz conclui que o papel da agricultura entre os povos tupis era tradicionalmente feminino, o que justifica como um dos fatores culturais relacionados ao desgaste da escravidão indígena. Segundo o autor, os portugueses supunham aos homens, caçadores e pescadores, à agricultura masculina, quando na verdade, era uma função designada por mulheres. No entanto, o efeito das doenças europeias no sistema imunológico das populações indígenas teria sido o principal fator da substituição pela mão-de-obra africana (*Ibid.*, p. 40-56).

Pensando a questão do gênero na construção da sociedade colonial de Tucumán, na província do Paraguai, durante o século XVIII, Ramora Zeimundi produziu uma análise concisa sobre a importância do papel das mulheres indígenas para a produção doméstica. Segundo a autora, as mulheres locais manufacturavam panos, doces, velas, sabões e graxa, retiravam sebo do gado, ademais, plantavam, colhiam e cozinhavam alimentos no geral, mercadorias e práticas essenciais para a cultura material e vida cotidiana em Tucumán (Zamora Reimundi, 2004, p. 104-105).

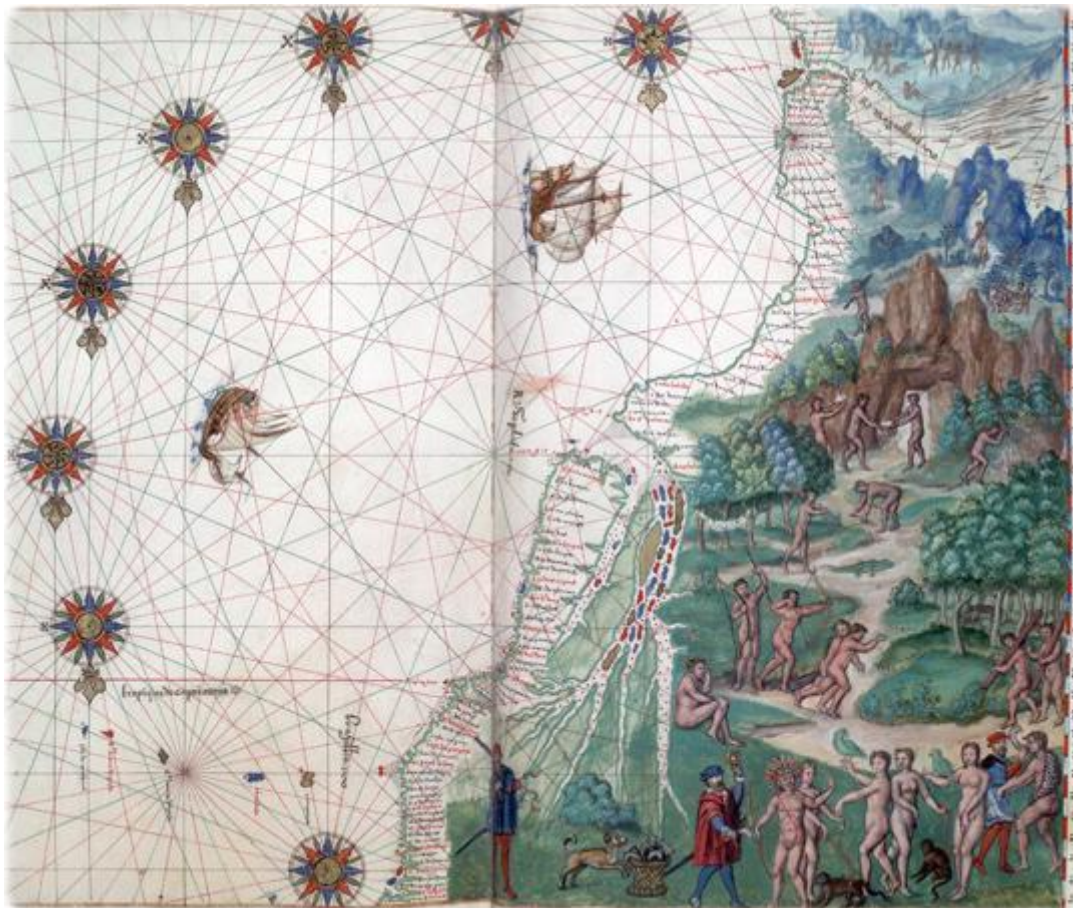
No entanto, a virada de paradigma se dá com o livro publicado por Susan Sleeper-Smith em 2018, intitulado *Indigenous prosperity and American conquest*. Nele, a autora defende uma maior participação das mulheres indígenas sobre as relações de trocas. Sleeper-Smith destaca o interesse das mulheres nativas em comercializarem com espanhóis e franceses no vale do rio Ohio, na região da Nova França (atual Canadá), nas fronteiras da América do Norte durante o século XVIII. Segundo a autora, elas passaram a trocar as peles de pequenos mamíferos que manufacturavam, por mercadorias que as interessavam, sobretudo objetos de ferro que utilizavam no ambiente doméstico, obtendo ganhos econômicos. Em suas palavras: “*When European traders arrived, women likely demanded the incorporation of iron tools and cooking utensils into the exchange process*” (Sleeper-Smith, 2018, p. 31).

Entendendo que as mulheres participavam das relações de trocas, a autora também destaca a produção de mercadorias de origem animal e vegetal, como as peles de animais e os mantos de algodão. O algodão, por outro lado, está ligado à permanência da escravidão indígena nas sociedades de São Paulo e do Paraguai. Tratava-se de uma importante moeda de troca utilizada nas relações comerciais com os povos tupis-guaranis, item majoritariamente produzido pelas mulheres indígenas. Assim como no vale do rio Ohio, estudado por Sleeper-Smith, as sociedades tupis-guaranis também contavam com plantações de algodão cultivadas pelas mulheres locais (Alcântara Machado, 1980; Monteiro, 1994; Vilardaga, 2014).

Priorizando a leitura dos livros citados, considero que algo semelhante ocorreu no sul da América, ou seja, os contatos entre europeus e mulheres tupis-guaranis favoreceram as trocas de mercadorias produzidas por elas localmente, no século XVI, como os mantos de algodão. Por sua vez, os mantos produzidos das penas de aves também passaram a interessar bastante ao mercado global, chamando a atenção dos mercadores franceses que passaram a se relacionar com as mulheres nativas nas Américas do Norte e do Sul.

O litoral norte da capitania de São Vicente: comércio, mulheres tupis e representações

Figura 3 - As mulheres tupis nos mapas quinhentistas



Fonte: *Atlas Vallard*, 1547.



Detalhe aproximado do mapa com a nitidez aguçada.

Figura 4 - Comércio de macacos e aves tropicais para a Europa na época moderna



Fonte: *Arch of the Mint*, 1635.

O litoral norte que pertencia à capitania de São Vicente englobava os atuais estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nessa região, não foram apenas os portugueses que se relacionaram com sujeitos indígenas. Paulatinamente, grupos nativos que residiam na costa litorânea, com destaque aos povos tupis, aproveitaram-se das relações com os mercadores europeus para se beneficiarem economicamente das trocas. Dessa forma, os indígenas passaram a comercializar também com flamengos (dos Países Baixos) e com franceses, pois estavam interessados na circulação de mercadorias trazidas da Europa, fomentando redes de trocas e o desenvolvimento do mercado global (Almeida, 2013; Garcia, 2021).

Analisando os povos tupis que os europeus se relacionaram na Baía de Guanabara, Maria Regina Celestino de Almeida demonstrou que os indígenas tamoios alternavam suas alianças entre portugueses e franceses, conforme as circunstâncias históricas e seus interesses particulares (Almeida, 2013, p. 189). Dessas relações, nos restaram um conjunto de pinturas particularmente importantes por demonstrar o comércio de animais nativos traficados para a Europa Central.

Em estudo organizado por Renate Pieper, dentre outros autores, constata-se que o comércio de macacos e papagaios fez parte da rede de trocas transatlânticas e do processo de globalização, bem como da literatura histórica produzida na Europa durante a época moderna (Pieper *et al.*, 2019, p. 3-5). Por exemplo, a pintura *Arch of the Mint*, de autoria de Peter Paul Rubens (1577-1640), foi presenteada ao Cardinal Infante, Ferdinand de Portugal e Espanha, em 1635. Produzida na Antuérpia, a pintura elucida o comércio realizado entre europeus e indígenas tupis no sul da América (Ver fig. 4). De fato, Peter Paul Rubens (1577-1640) se insere na alçada de pintores renascentistas, especialmente provindos da Antuérpia, na região dos Flandres, imbuídos em representar pássaros da fauna sul-americana. Outros pintores que se alçaram nessa perspectiva, foram Frans Snyders (1579-1657) e Jan Fyt (1611-1661), conhecidos pelas pinturas nomeadas *Concert of Birds*.

Conforme escreve Surekha Davies, existe uma íntima relação entre as representações das cartografias renascentistas e as disputas dos impérios europeus. Comparando o *Atlas Vallard*, estudado pela autora, com a pintura de Paul Rubens, deduz-se que há uma clara intenção dos cartógrafos e pintores na Europa Central em demonstrar as redes de comércio desenvolvidas no “Novo Mundo”. Dessa forma, chamavam a atenção dos mercados europeus ao continente e seus habitantes nativos

(Davies, 2016, p. 126-132). Por outro lado, o mapa datado de 1547, presente no atlas, sugere a participação das mulheres tupis no comércio de animais (Ver fig. 3).

A favor dos portugueses, a expedição de Fernão de Noronha rumo a Cabo Frio, em 1511, rendeu ao capitão cerca de cinco mil toras de pau-brasil, trinta e cinco cativos indígenas, além de certo número de animais nativos (Marchant, 1943, p. 45-46). Em 1530, a expedição do veneziano Sebastián Gaboto rumo à baía do Prata, já citada, retornou à Castela com cerca de cinquenta a sessenta cativos, dentre homens e mulheres de origem guarani. Mas também, o capitão possuía um papagaio, alegando para o Tribunal de Sevilha tê-los adquirido em São Vicente, conforme o processo estudado por Toribio Medina (Medina, 1908, p. 249-250).

A favor dos franceses, existem as crônicas de Hans Staden e de André Thevet. Staden permaneceu cativo dos povos tamoios durante nove meses em Ubatuba, município localizado no atual estado de São Paulo, na divisa com Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Em 1557, quando publicou a crônica *Warhafitge Historia*, Staden descreveu práticas que os franceses desenvolveram através da experiência histórica com os povos tupis, em destaque às mercadorias que obtinham e trocavam com eles. Destacam-se o pau-brasil, a pimenta e animais silvestres. De acordo com Staden,

[...] um navio francês chegou num porto a cerca de oito milhas de Ubatuba, que os portugueses chamam Rio de Janeiro e os selvagens, de Niterói. Lá, os franceses costumavam carregar pau-brasil. Num barco chegaram também em nossa aldeia, e, com os selvagens negociaram pimenta, macacos e papagaios (Staden, 1998, p. 50).

Ao narrar sobre um sujeito francês que não o ajudou a sair do cativo, nomeado como *Cariatá-uára*, Staden afirma que o homem estava em busca de pimentas e penas, itens utilizados nas trocas com as populações locais (*Ibid.*, cap. 35). Deduzimos que as penas das aves eram ensejadas pelos povos tupis, à medida em que passaram a ser utilizadas também pelos europeus na capitania de São Vicente.

O frade franciscano André Thevet, por sua vez, publicou a crônica *Singularités de la France Antarctique*, também em 1557, referindo-se à França Antártica, projeto cujos franceses tentaram estabelecer na Baía de Guanabara. Para Thevet, as mulheres tupis amansavam certas aves, ensinando-as a repetir palavras e a pedir farinha em seu idioma local. Ele faz uma comparação entre as aves locais e os “verdelhões” da França, revelando sua perspectiva em introduzir os pássaros da fauna sul-americana no mercado europeu. Nesse sentido, Elisa Garcia observa que Thevet colecionava itens que obtinha

com sujeitos tupis, como tacapes de madeira e mantos feitos de penas de aves, até hoje localizados em acervos de museus na França e na Dinamarca (Garcia, 2021, p. 127).
Escreve o cronista que as “índias”,

[...] especialmente, criam algumas aves, semelhantes, em tamanho e cor, aos verdelhões de França; têm-nas em tal estima que lhes chamam, na língua nativa, de seus amigos. Demais, lhes ensinam-lhes a falar, isto é, a pedir farinha (da que se faz com raízes), ou, então, a incitar os homens à guerra, a fim de aprisionar inimigos e, depois, devorá-los. E outras coisas mais (Thevet, 1944, p. 293)

A favor das mulheres tupis, tanto as representações contidas nas crônicas quanto as pinturas indicam que elas amansavam animais, como macacos e papagaios, que passaram a trocar com europeus por mercadorias de vidro, como espelhos, mas principalmente por ferro (Rever fig. 3). Como vimos, esses instrumentos de ferro podiam ser usados por elas para a agricultura e para a produção doméstica.

Elisa Garcia lembra ainda que, tanto visualmente quanto na escrita, os franceses costumavam associar às mulheres tupis ao comércio de macacos e papagaios, utilizando como exemplo as figuras publicadas no livro de François Deserps, em Paris, em 1567. Nelas, enquanto o homem tupi é representado como aquele que corta e vende pau-brasil, a mulher tupi é representada como aquela que amansa e vende animais silvestres. Através dessas figuras, a autora demonstra uma considerável circulação de informações etnográficas na Europa moderna, em destaque à disseminação da imprensa e ao interesse dos europeus pelas mercadorias que eram produzidas pelos indígenas (Garcia, 2021, p. 116).

Embora faltem registros sobre a autoria das mulheres tupis na confecção dos itens de origem animal, como os mantos de penas, existem outras fontes que nos levam a crer que elas cuidavam de animais tratados “de estimação” por seus grupos de origem, como as aves. De acordo com o livro já citado de Susan Sleeper-Smith, o encontro com mercadores europeus no vale do rio Ohio rendeu às mulheres nativas, “mais itens materiais, maior status, e mais poder como intermediárias”, justamente a partir das trocas de mercadorias de origem animal que tanto interessavam aos franceses (Sleeper-Smith, 2018, p. 99). Podemos, a partir disso, começar a supor que as mulheres tupis-guaranis também estavam envolvidas com a produção de itens de origem animal no sul da América? Provavelmente, só um estudo mais aprofundado sobre cultura material trará mais respostas... No entanto, o envolvimento das mulheres locais com as aves nos

aponta pistas concretas de que tais relações culturais foram responsáveis, posteriormente, por envolver esses mesmos animais nas amplas redes comerciais transatlânticas. Logo, o fator cultural que as relacionava com o domínio da natureza em seus grupos de origem, se tornou fator econômico que, possivelmente, agregou em ganhos econômicos para elas.

Apontamentos finais

Segundo Enrique Leff, em defesa de uma racionalidade ambiental, a contrapelo de uma racionalidade econômica, devemos pensar o meio ambiente “como um potencial para o desenvolvimento alternativo que integre a natureza e a cultura como forças produtivas” (Leff, 2006, p. 464). Não obstante, o tema da redação do ENEM em 2022 foi: “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. Desse modo, cumpriu em peso a agenda fundamentada pela Lei 11.645, promulgada em 10 de março de 2008, sobre a obrigatoriedade do ensino de História Africana, Afro-brasileira e Indígena no Ensino Básico. Em defesa de uma história ambiental de São Paulo, destaco a necessidade de estudarmos a formação do planalto em correlação à cultura material vivenciada pelos povos tradicionais. Essa cultura material me aparece intimamente ligada à história do trabalho das mulheres tupis-guaranis.

Referências:

ALCÂNTARA MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BONATO, Tiago. De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI-XVII). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n.º 26, p. 198-229, jan.-jun. 2019.

CABRAL, Diego Carvalho de. *O “bosque de madeiras” e outras histórias: a Mata Atlântica no Brasil colonial (séculos XVIII e XIX)*. 2012. Tese (Doutorado) apresentada ao PPGG do iGeo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DAVIES, Surekha. *Renaissance ethnography and the invention of the human: new worlds, maps and monsters*. New York: Cambridge University Press, 2016.

DEUSEN, Nancy E. van. *Global índios: the indigenous struggle for justice in Sixteenth-Century Spain*. London: Duke University Press, 2015.

GARCIA, Elisa Frühauf. As mulheres indígenas na formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. Em: SANTOS, Georgina e GARCIA, Elisa (orgs.). *Mulheres do Mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 27-44.

_____. Os índios brasileiros na formação do mundo moderno: alianças, comércio e trocas culturais. Em: GESTEIRA, Heloisa Meireles (org.). *Magalhães-Elcano 1519-1522: a primeira viagem ao redor do mundo*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2021, p. 112-137.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. Saberes em movimento. A arte de navegar e os simples das Índias nas viagens de descobrimentos. Em: Ibid. (org.). *Magalhães-Elcano 1519-1522: a primeira viagem ao redor do mundo*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2021, p. 18-53.

GODOY, Silvana Alves de. *Mestiçagem, guerras de conquista e governo dos índios: a vila de São Paulo na construção da monarquia portuguesa na América (séculos XVI e XVII)*. 2016. Tese (Doutorado) apresentada ao PPGHIS do Departamento de História do IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. Tradução de Carlos Lacerda. 2ª Ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Baía/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1943.

MEDINA, José Toribio. *El veneciano Sebastián Gaboto al servicio de España*. Santiago: Imprensa Universitaria, 1908.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ONU. Alonso de Santa Cruz. *Islario general de todas las islas del mundo*, 1541. Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/10090/>>. Acesso em: 31 ago. 2021.**

PIEPER, Renate; JEFFERIES, Claudia de Lozanne; and DENZEL, Markus (eds.). *Mining, money and markets in the Early Modern Atlantic: digital approaches and new perspectives*. London: Palgrave Macmillan, 2019.

POLIDORI, Eduardo. Fundação de São Vicente, de Benedito Calixto: da encomenda à exibição no Museu Paulista (1898-1939)". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 27, p. 1-32, 2019.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SCHWARTZ, Stuart B. Uma geração exaurida: agricultura comercial e mão-de-obra indígena. Em: *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988, p. 40-56.

SLEEPER-SMITH, Susan. *Indigenous prosperity and American conquest: Indian Women of the Ohio River Valley (1690-1792)*. Chapel Hill: University of North California Press, 2018.

STADEN, Hans. A Verdadeira História..., livro 1. Em: PARIS, Mary Lou; e OHTAKE, Ricardo (eds.). *Portinari devora Hans Staden*. São Paulo: Terceiro Nome, 1998.

THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de America*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Baía/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. As galinhas incontáveis, Tupis, europeus e aves domésticas na conquista do Brasil. *Journal de la Société des américanistes*, vol. 98, n.º 2, p. 97-140, 2012.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no império dos Felipes: conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo: FAPESP/Intermeios, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. Atualização e contra-efetuação do virtual na sociedade amazônica: o processo do parentesco. *Ilha*, Florianópolis, n.º 1, p. 5-46, 2000.

_____. Esboço de cosmologia yawalapíti. Em: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2002, p. 87-180.

WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Jubileu nacional: a comemoração do quadricentenário do Descobrimento do Brasil e a refundação da identidade nacional (1900)*. 1997. Dissertação (Mestrado) apresentada ao PPGHIS do Departamento de História do IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ZAMORA REIMUNDI, Romina Noemí. *Casa poblada y buen gobierno: la ciudad de San Miguel de Tucumán en el largo siglo XVIII*. 2004. Tesis (Doctorado) presentada en el Programa de Historia de la América Latina, Mundos Indígenas. Universidad Pablo d'Olavide, Sevilla, 2004.

Artigo recebido em 28/01/2023

Aceito para publicação em 31/05/2023